

**PROJETO BÁSICO
INTEGRADO COM REQUISITOS DO ETP E DO ANTEPROJETO**

1. ÓRGÃOS INTERESSADOS

- 1.1. Secretaria Municipal de Aceleração Econômica e Inovação – SECON.
 - a) Responsável pela solicitação da contratação e pela despesa pública.
- 1.2. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo – SEINFRA.
 - a) Responsável pela confecção/aprovação do Projeto Básico e pelo gerenciamento da execução da obra.

2. RESUMO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PRÉ-MOLDADO COM 300,44M² PARA FINS DE INDÚSTRIA EM CAPANEMA/PR, EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 972426/2024/MDIC/CAIXA.

3. IDENTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A identificação do quantitativo e da descrição pormenorizada dos serviços a serem executados e dos materiais a serem empregados na obra estão previstas na planilha orçamentária anexa.

4. LEVANTAMENTOS PRELIMINARES

- 4.1. **Local da execução do objeto da contratação:** A obra deverá ser executada na Rua Pôr do Sol, S/N, no imóvel denominado Chácara 78 do Setor S.E. (Sudoeste), bairro Santo Expedito, na cidade de Capanema-PR, conforme indicado nos projetos da obra em anexo.
- 4.2. Trata-se de um imóvel público, de propriedade do Município de Capanema.
- 4.3. As imagens da situação do imóvel, com a ilustração dos serviços necessários, vão anexas.
- 4.4. Foram realizados os seguintes serviços preliminares que embasaram a confecção dos documentos que compõem o presente Projeto Básico:
 - a) levantamento cadastral, constatando:
 - a.1) O imóvel encontra-se devidamente registrado com Matrícula n. 38.816 do 1º RI da Comarca de Capanema.
 - b) relatório fotográfico (documento anexo);
 - c) laudo de sondagem SPT (documentos anexos);
 - d) laudo de percolação do solo (documentos anexos);
 - e) levantamento planialtimétrico (documentos anexos);
 - f) planta de situação e localização (documentos anexos);
 - g) demais dados e levantamentos eventualmente necessários, os quais vão anexos ao presente projeto básico.

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO E SOLUÇÕES TÉCNICAS

- 5.1. As condições de execução do objeto da contratação e as soluções técnicas estão previstas no memorial descritivo anexo.

6. O PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1.** A obra e os serviços deverão ser concluídos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a emissão da ordem de serviço, de acordo com o cronograma físico-financeiro anexo.

7. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 7.1.** O Contrato terá vigência de 14 (quatorze) meses, para fins cadastrais.
- 7.2.** O objeto deste Projeto Básico é contratado por escopo, o que impõe ao contratado o dever de concluir a obra no prazo de execução predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.
- 7.3.** O prazo de vigência do contrato será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- 7.4.** Quando a não conclusão da obra no prazo de execução predeterminado decorrer de culpa do contratado:
- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
 - b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

8. DEFINIÇÕES APLICÁVEIS AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

- 8.1.** Para a execução do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

- ☐ empreitada por preço unitário
- ☒ empreitada por preço global
- ☐ empreitada integral
- ☐ contratação por tarefa
- ☐ contratação integrada
- ☐ contratação semi-integrada
- ☐ fornecimento e prestação de serviço associado

Justificativa: A eleição do regime licitatório é uma decisão da Administração Pública. Recomenda-se a adoção do regime de empreitada por preço global uma vez que foram definidas previamente no projeto, com alta precisão, as quantidades dos serviços que serão executados na fase contratual. Para a forma de pagamento, foi adotada sistemática de boletim de medição associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado –, impedindo a remuneração atrelada a preços unitários ou quantidades de itens unitários executados. As etapas definidas referenciadas com os valores das medições são as constantes dos cronogramas anexos.

- 8.2.** Indica-se que o objeto da presente contratação configura:

- ☒ serviço comum de engenharia
- ☐ serviço especial de engenharia

Justificativa: o objeto envolve técnicas e procedimentos padronizados, amplamente conhecidos e consolidados no setor da construção civil, cuja execução não exige soluções singulares ou projetos de alta complexidade tecnológica.

9. CONDIÇÕES DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da contratação ocorrerá de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e de acordo com o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.
- 9.2. A Contratação será gerida e fiscalizada pelo(s) seguinte(s) agente(s) público(s):

FUNÇÃO	SERVIDOR	CARGO	PROVIMENTO	LOTAÇÃO
Fiscal Administrativo	Eduarda Bombardelli Lima	Arquiteta e Urbanista	Efetivo	SEINFRA
Fiscal Técnico	Eduarda Bombardelli Lima	Arquiteta e Urbanista	Efetivo	SEINFRA
Gestor da Contratação	Carolina Weissheimer	Secretária de Infraestrutura e Urbanismo	Comissionado	SEINFRA

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. Os pagamentos **serão efetuados em parcelas** correspondentes às **medições mensais** a serem feitas de acordo com o estabelecido no **Cronograma físico-financeiro**, considerando os preços unitários constantes da Planilha de Quantidades, todos aprovados pelo órgão competente.
- 10.2. Os pagamentos serão realizados de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e conforme o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.
- 10.3. Fonte dos recursos financeiros:
- a) **R\$ 382.000,00** (trezentos e oitenta e dois mil reais). proveniente do Contrato de Repasse nº 972426/2024/MDICS/CAIXA, conforme documentação anexa;
- b) **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) de contrapartida municipal.

11. DAS MEDIÇÕES PERIÓDICAS E DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 11.1. As medições periódicas e os recebimentos provisório e definitivo do objeto da contratação serão realizados de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e de acordo com o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.

12. ORÇAMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO, ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E JUSTIFICATIVA PARA A ESTIMATIVA DOS PREÇOS

- 12.1. A estimativa do valor total da contratação está prevista na planilha orçamentária que vai anexa.
- 12.2. Os valores despendidos com a presente contratação estão de acordo com o planejamento orçamentário.
- 12.3. A dotação orçamentária específica será indicada pelo Departamento Contábil e Financeiro.
- 12.4. Os preços unitários dos itens que compõem o objeto da presente contratação foram obtidos por meio da composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), nos termos do art. 23, § 2º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.5. O valor total da presente contratação será de **R\$ 392.000,00 (trezentos e noventa e dois mil reais)**.

13. DOS REQUISITOS DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (art. 34, da LCM 14/22) E DO ANTEPROJETO (art. 60, inc. III, da LCM 14/22)

- 13.1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 34, inciso I):** A contratação da obra de construção do barracão industrial se mostra necessária em razão da demanda crescente por infraestrutura adequada, pois a inexistência de espaço físico apropriado tem limitado o desenvolvimento de projetos voltados ao fortalecimento da economia local, dificultando a instalação de pequenas indústrias, cooperativas e associações, bem como a execução de programas de geração de emprego e renda. A edificação permitirá otimizar o uso de recursos públicos, centralizar operações e fomentar o desenvolvimento socioeconômico municipal.
- 13.2. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (art. 34, inciso II):** A obra está em consonância com o planejamento estratégico da Administração Municipal, atendendo às diretrizes previstas no Plano Diretor, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual. Alinha-se, ainda, às metas governamentais de incentivo à industrialização, de promoção do desenvolvimento sustentável e de ampliação da capacidade de atração de investimentos, constituindo-se em medida de longo alcance voltada ao fortalecimento das políticas de desenvolvimento econômico e social.
- 13.3. DA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 34, inciso V):** A alternativa viável seria o aluguel de imóveis privados, no entanto tal medida implicaria custos contínuos e onerosos ao erário, além de não atender plenamente às necessidades de personalização e de durabilidade do espaço. Assim, a construção de um barracão industrial próprio se revela a mais adequada do ponto de vista técnico, econômico e operacional, pois assegura maior autonomia, vida útil prolongada e redução de gastos futuros com manutenção corretiva ou locações.
- 13.4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 34, inciso VII) com indicação das condições de solidez, de segurança e de durabilidade da solução (art. 60, III, “b”):** A solução consiste na construção de um barracão industrial em estrutura de concreto armado, cobertura metálica, fechamento lateral em alvenaria, pavimentação interna de concreto e sistemas de ventilação e iluminação natural, com instalações elétricas e hidrossanitárias adequadas às normas vigentes, observados os requisitos da ABNT, do Corpo de Bombeiros e das legislações municipais pertinentes, assegurando solidez e segurança à obra.
- 13.5. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 34, inciso IX):** Com a execução da obra, pretende-se disponibilizar espaço adequado para atividades industriais e produtivas de pequeno e médio porte, fomentar a economia local com geração de empregos diretos e indiretos, oferecer suporte a políticas públicas de incentivo à industrialização e ao cooperativismo, estimular a instalação de empreendimentos que agreguem valor à produção regional e proporcionar infraestrutura moderna, segura e

sustentável.

13.6. AS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 34, inciso X): Entende-se não haver providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

13.7. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 34, inciso XI): Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

13.8. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS, MEDIDAS MITIGADORAS E LOGÍSTICA REVERSA (art. 34, inciso XII): A obra poderá gerar impactos ambientais temporários, tais como emissão de poeira, ruídos, vibrações, consumo de recursos naturais e geração de resíduos da construção civil (entulhos, sobras de concreto, embalagens). Para mitigação, serão adotadas práticas de canteiro sustentável, como a destinação correta de resíduos e horários adequados para atividades ruidosas. Não se prevê impacto ambiental permanente relevante, uma vez que o barracão será implantado em área previamente destinada à ocupação industrial.

13.9. DO POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (art. 34, inciso XIII): Conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da contratação, uma vez que a construção do barracão industrial atende a necessidade pública identificada, está alinhada ao planejamento da Administração, apresenta solução mais vantajosa ao interesse público e observa os requisitos de segurança, solidez, durabilidade e sustentabilidade ambiental.

14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO LICITANTE

14.1. Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, **da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s)**, da região a que estiverem vinculados.

14.1.1. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado do Paraná, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

14.2. Capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, **em nome do licitante**, relativos à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE MÍNIMA
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PILAR PRÉ-MOLDADO MAÇIÇO 25X35 COM 4,50 M DE VÃO LIVRE E 1,35 DE ENGASTAMENTO MAIS A FUNDAÇÃO COM PROFUNDIDADE DE 2,50 M	5 UN

ENVELOPADA DE CONCRETO INCLUSO CONCRETAGEM DE 4 PARAFUZOS DE 1" NA FACE SUPERIOR DO PILAR	
EXECUÇÃO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO APARENTE DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA.	134,15 M2

14.2.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar devidamente registrado no CREA ou no CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, dando-se tal comprovação mediante a apresentação da correspondente CAT com registro de atestado de atividade concluída, ou documento equivalente, **que indique a licitante como empresa contratada.**

14.2.2. Possibilidade de somatório de atestados:

Na presente licitação, será (X) ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, conforme autorizado pela Lei Federal n. 14.133/2021.

14.3. Capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, conforme o disposto no subitem 14.2 do Projeto Básico.

14.3.1. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame;

14.3.2. Caso o licitante seja cooperativa, os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica de que trata devem ser cooperados, demonstrando-se tal condição através da apresentação das respectivas atas de inscrição, da comprovação da integralização das respectivas quotas-partes e de três registros de presença desses cooperados em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais, bem como da comprovação de que estão domiciliados em localidade abrangida na definição do artigo 4º, inciso XI, da Lei nº 5.764, de 1971;

14.3.3. No decorrer da execução da obra, os profissionais do Contratado poderão ser substituídos, nos termos do art. 67, §6, da Lei nº 14133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração. **Observa-se que o licitante que sagrar-se vencedor deve manter**

em sua equipe técnica, durante toda a execução da obra, o responsável técnico.

14.4. Declaração, conforme modelo a ser disponibilizado como anexo ao Edital, de que o licitante, por intermédio de seu responsável técnico devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde será realizada a obra, e de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução.

14.1.1. A vistoria ocorrerá conforme agendamento, podendo ser até 3 dias úteis anterior a data da sessão.

14.1.2. Caso a empresa não queira fazer a visita técnica terá que preencher a Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica.

14.1.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá possuir formação na área de engenharia, devido à complexidade do objeto desta licitação, bem como estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

14.5. Declaração na qual a Licitante manifeste sua total compreensão e conhecimento dos termos contidos na Especificação Técnica, conforme modelo anexo ao Edital.

14.6. Indicação do Responsável Técnico ou da Equipe de Profissionais Responsáveis Técnicos que participarão da construção da obra, conforme modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica anexo ao edital. O responsável técnico deverá opor assinatura de aceite na exigência constante acima.

14.7. Declaração formal de que disporá, por ocasião da contratação, das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como contendo o cronograma de utilização de veículos, máquinas e equipamentos (modelos a ser disponibilizado junto ao edital).

15. DA DOCUMENTAÇÃO A SER EXIGIDA DA(S) MICROEMPRESA(S) E/OU EMPRESA(S) DE PEQUENO PORTE QUE SERÁ(ÃO) SUBCONTRATADA(S) PELO LICITANTE

15.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Certidão Simplificada original da Junta Comercial ou documento equivalente que ateste a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual;
- d) Declaração escrita conforme anexo do edital, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de

pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios legais;

- e) Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a NBC TG 1002, de 2021, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

15.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Estaduais da sede da pessoa jurídica;
- d) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos do Município de Capanema;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- f) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, relacionados ao objeto da subcontratação, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva, na forma da lei.

15.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.3.1. Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, **da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s)**, da região a que estiverem vinculados, se cabível.

15.3.2. Capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, **em nome da ME ou EPP que será subcontratada**, relativos à execução dos serviços que serão subcontratados a ela, a saber:

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE
INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 3 MM, EM ESQUADRIA DE MADEIRA, FIXADO COM BAGUETE.	5,39 M²
PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR.	134,85 M²

15.3.3. Capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, se aplicável, ou de atestado(s) fornecido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, **em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra**, que

demonstre a experiência do(s) profissional(is) na execução dos serviços que compõem o objeto da subcontratação, conforme o disposto no subitem 15.3.2. do Projeto Básico.

16. DA MATRIZ DE RISCOS

- 16.1. Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência:** Não foi elaborada matriz de riscos no caso em tela, vez que a Lei 14.133/2021 estabelece apenas duas hipóteses em que a matriz de riscos será obrigatória: obras e serviços de grande vulto, consideradas aquelas de valor estimado superior a R\$ 228.833.309,04 e quando forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada¹.
- 16.2. Frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para o contratado inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico:** equipamentos e técnicas de execução que possam otimizar custos e prazos, desde que expressamente solicitadas e anuídas pelo poder contratante e compatíveis com as diretrizes deste projeto.
- 16.3. Frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para o contratado inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução adotado:** Não se trata de obrigação de meio.

17. JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

- 17.1.** O objeto da presente licitação constitui (X) OBRA / () SERVIÇO DE ENGENHARIA, considerando o conceito de obra previsto no art. 6º da Lei nº 8.666/93 qual seja, obra é toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.
- 17.2** Em relação as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013- Plenário TCU, somente serão considerados como erros substanciais ou relevantes e objetos de revisão os erros unitários de quantitativo acima de 10% (dez por cento).
- 17.3** No presente feito, os documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, com a emissão da ART de Obra ou Serviço nº 1720253727581.
- 17.4** Nos levantamentos preliminares do presente feito houve análise do local da obra pelo projetista, bem como foi feito o diagnóstico da existência e das características dos equipamentos de saneamento básico do local, conforme documentos anexos.
- 17.5** Em relação aos custos unitários de referência, foi utilizada a planilha orçamentária **DETERMINADA** pela Caixa Econômica Federal, a qual utiliza como tabelas de referência **SINAPI de ABRIL/2025** com desoneração.

¹ Art. 6º, XXII, e art. 22, §3º da Lei Federal n. 14.133/2021 e Decreto n. 12.343/2024.

- 17.6 No orçamento da presente obra ou serviço foram juntadas a planilha sintética e as planilhas analíticas, bem como o documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias. Outrossim, foram utilizadas as tabelas de referência mais atualizadas em relação à data de elaboração do projeto.
- 17.7 No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.
- 17.8 O cronograma físico-financeiro prevê pagamentos proporcionais para os custos direto para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra.
- 17.9 Na presente licitação não foram juntadas as curvas ABC relativas aos INSUMOS e SERVIÇOS, haja vista que tal metodologia é utilizada pelo analista do orçamento, e não pelo responsável pela sua elaboração. Estão presentes no cronograma e orçamento da obra os macro serviços, dentro os quais os maiores valores se referem aos serviços mais relevantes da obra.
- 17.10 Foram adotados os custos de referência com desoneração, haja vista a adoção à planilha orçamentária disponibilizada pela Caixa Econômica Federal, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração.
- 17.11 O detalhamento do BDI observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 do Plenário do TCU, sendo adotados os parâmetros de percentuais que acarretam em custo total da obra mais vantajoso para a Administração Pública.
- 17.12 Na presente licitação, () SERÁ ou (X) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos.
- 17.13 O cronograma físico-financeiro foi juntado aos autos e define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.
- 17.14 Foram elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, os quais foram juntados aos autos e deverão ser divulgados com o edital da licitação.
- 17.15 A exigência do registro da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) demonstra a qualificação técnica da empresa, garantindo que ela possua profissionais habilitados para realizar os serviços de engenharia ou arquitetura. Além disso, a exigência está em conformidade com a legislação brasileira, que estabelece a obrigatoriedade do registro para o exercício legal dessas atividades.
- 17.16 O objeto licitado possui em sua uma execução algumas fases/etapas que apresentam individualidade e que podem ser desempenhadas por terceiros especializados, razão pela qual admite-se a subcontratação conforme documento disponibilizado à SELOG.
- 17.17 Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, acima indicado, bem como será aceito o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021.
- 17.18 Caso os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avanços técnicos ou financeiras com a contratante.

- 17.19** Recomenda-se a fixação, no edital, de exigência de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme o art. 69 da Lei Federal n. 14.133/21, a fim de garantir a capacidade financeira das empresas contratadas, proteger o interesse público e assegurar a eficiência e a qualidade na execução da obra.
- 17.20** Será permitida a participação de consórcios no certame licitatório.
- 17.21** Será vedada a participação de cooperativas, devido à natureza do serviço e pelo modo como é usualmente executado, havendo necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade, conforme entendimento firmado pela Súmula n. 281 do TCU.
- 17.22** Sugere-se a exigência de apresentação de garantia de execução contratual, visando proteger o interesse estatal e evitar riscos de abandono da obra ou não cumprimento das obrigações contratuais, garantindo assim a segurança e a integridade do projeto.
- 17.23** No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133/2021, nesta licitação foram tomadas as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:
- (X) Foram definidos os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial;
 - (X) Verificou-se se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
 - (X) Verificou-se a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949/09 e Lei n. 13.146/2015).
- 17.24** No orçamento da presente licitação, foi realizada pesquisa de mercado para itens do orçamento não contemplados no SINAPI, adotando-se as diretrizes da IN SEGES/ME nº 73, de 2020, conforme documentos juntados aos autos.
- 17.25** No orçamento de referência da presente licitação, foram adotadas composições “adaptadas” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto nº 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

18. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- 17.1.** As informações técnicas sobre os itens que compõem o objeto da contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, por meio do e-mail: planejamento.secretario@capanema.pr.gov.br.
- 17.2.** As informações técnicas sobre as regras e procedimentos estabelecidos para o presente processo de contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Logística e Contratações, por meio do e-mail: licitacao@capanema.pr.gov.br
- 17.3. Dos mecanismos formais de comunicação.**
- 17.3.1.** São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre o Contratante e o Contratado, os seguintes:
- a) Ordem de Serviço;
 - b) Ata de Reunião;
 - c) Ofício;
 - d) Sistema de abertura de chamados;
 - e) E-mails;

f) Mensagens por meio do aplicativo WhatsApp entre o Fiscal da Contratação e o responsável legal ou preposto do Contratado.

17.4. Integram este instrumento os seguintes anexos:

- a) Anexo 1 – Contrato de Repasse n. 972426/2024/MDICS/CAIXA;
- b) Anexo 2 – Projeto arquitetônico;
- c) Anexo 3 – Projeto estrutural;
- d) Anexo 4 – Projeto elétrico;
- e) Anexo 5 – Projeto hidrossanitário;
- f) Anexo 6 – Projeto de prevenção de incêndio;
- g) Anexo 7 – Levantamento planialtimétrico e TRT n. CFT2504365534;
- h) Anexo 8 – Laudo de sondagem SPT, laudo de percolação e ART n. 1720252909945;
- i) Anexo 9 – Composição do BDI;
- j) Anexo 10 – Composições de custo unitário;
- k) Anexo 11 – Planilha resumo de cotações de preços;
- l) Anexo 12 – Declaração de conformidade em acessibilidade e lista de verificação de acessibilidade;
- m) Anexo 13 – Declaração de regime de contratação;
- n) Anexo 14 – Planta de localização em relação ao perímetro urbano;
- o) Anexo 15 – Matrícula n. 38.816;
- p) Anexo 16 – Memória de cálculo dos quantitativos;
- q) Anexo 17 – Memorial descritivo;
- r) Anexo 18 – Plano de Sustentabilidade;
- s) Anexo 19 – Cronograma físico-financeiro;
- t) Anexo 20 – Cronograma PLE;
- u) Anexo 21 – Planilha orçamentária.

Município de Capanema, Estado do Paraná, em 24 de setembro de 2025.

Franconer Minte

*Secretário Municipal de Aceleração Econômica e Inovação – SECON.
Responsável pela Despesa*

Carolina Weissheimer

*Secretária Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA
Responsável pelo Gerenciamento da Execução da Obra
Gestor da Contratação*

Eduarda Bombardelli Lima

*Fiscal Técnico da Contratação
Fiscal Administrativo da Contratação*

Assinaturas

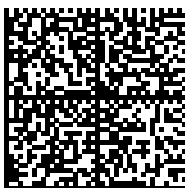
Página: 1



Documento: 14164/2025 - Projeto básico - Barracão CEF.pdf
Data: 24/09/2025 16:20:10

Assinatura avançada realizada por: FRANCONER MINTE em 24/09/2025 16:47:52.

Assinatura avançada realizada por: EDUARDA BOMBARDELLI LIMA em 25/09/2025 11:24:22.



Documento assinado nos termos do Decreto Municipal nº 7.765/2025
A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://capanemaprscp.equiplano.com.br:7575/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/50> com
o código 28d76407-611f-4c69-a378-62c83f5f5d2c

Inserido por Carolina Weissheimer em: 24/09/2025 16:20:10. Assinatura(s) Avançada(s) realizada por: FRANCONER MINTE em 24/09/2025 16:47:52. Documento assinado nos termos do Decreto Municipal nº 7.765/2025. EDUARDA BOMBARDELLI LIMA em 25/09/2025 11:24:22. Documento assinado nos termos do Decreto Municipal nº 7.765/2025. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://capanemaprscp.equiplano.com.br:7575/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/50>, com o código: 28d76407-611f-4c69-a378-62c83f5f5d2c

Inserido por Carolina Weissheimer em: 29/09/2025 10:50:41. Assinatura(s) Qualificada(s) realizada por: CAROLINA WEISSHEIMER:08071414964 em 29/09/2025 10:50:41. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://capanemaprscp.equiplano.com.br:7575/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/50>, com o código: 5489ac27-b9cd-4d37-aa3d-c4e9dbd41d74

Assinaturas

Página: 1



Processo: 1181/2025

Data: 14/07/2025 13:59:21

Documento: 63225824968

Requerente: ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI

Contato: ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI - Cel:46999753198 - licitacao@capanema.pr.gov.br

Assunto: Geral

Descrição: CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PRÉ-MOLDADO PARA FINS DE

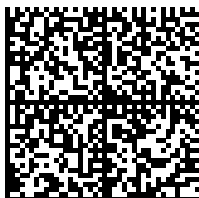
Assinatura qualificada realizada por: CAROLINA WEISSHEIMER:08071414964 em 29/09/2025 10:50:41.



CAPANEMA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

Gente que Trabalha, Cidade que Cresce.



A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://capanemaprscp.equipiano.com.br:7575/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/50> com
o código 5489ac27-b9cd-4d37-aa3d-c4e9dbd41d74